



Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Relatório da Administração Regulatório

Mensagem da Administração

A Administração da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.S^{as}. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2023, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidor e consumidores.

Em 2023, a Companhia efetuou a operação e a manutenção de suas instalações de transmissão, bem como executou suas atividades administrativas, financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, mantendo as melhores práticas e visando a preservação da saúde e segurança.

Contrato nº 026/2009

Composto pela subestação Jandira em 440/138-88 kV 1200 MVA e subestação Salto em 440/138-88 kV 600 MVA, localizadas no Estado de São Paulo e teve o índice de disponibilidade em 2023 de 100,00%.

Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023.

Encerramento e Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a confiança de seu acionista, a parceria de seus fornecedores e a efetiva participação dos financiadores e órgãos governamentais na implantação e na operação das instalações de transmissão administradas pela Companhia. Ressalta e agradece a dedicação e o comprometimento de seus prestadores de serviços, destacando a elevada competência do corpo técnico e de seu acionista pelos trabalhos desempenhados, os quais foram de fundamental importância o atingimento dos objetivos da Companhia durante o ano de 2023.

A Administração

ÍNDICE

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	
1. Contexto operacional.....	11
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias	12
3. Políticas contábeis regulatórias materiais.....	12
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador	18
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	18
6. Aplicações financeiras.....	19
7. Contas a receber – concessionárias e permissionárias.....	19
8. Imobilizado.....	20
9. Intangível.....	23
10. Tributos e encargos sociais a recolher	25
11. Encargos regulatórios a recolher	25
12. Provisão para demandas judiciais.....	25
13. Patrimônio líquido.....	26
14. Receita operacional bruta	28
15. Resultado financeiro	29
16. Imposto de renda e contribuição social	29
17. Transações com partes relacionadas.....	30
18. Instrumentos financeiros	31
19. Seguros.....	33
20. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário	33
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	40

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.701	204
Aplicações financeiras	6	5.242	13.581
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	7	4.061	5.608
Estoques		714	714
Tributos e contribuição a compensar		34	25
Serviços em curso		131	159
Outros		404	42
		13.287	20.333
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito		-	254
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	7	134	157
Serviços em curso		271	-
PIS e COFINS diferidos		80	-
		485	411
Imobilizado	8	156.789	160.513
Intangível	9	12.273	12.272
		169.062	172.785
Total do ativo		182.834	193.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Arrendamento		12	21
Fornecedores		129	352
Tributos e encargos sociais a recolher	10	649	739
Encargos regulatórios a recolher	11	84	166
Partes relacionadas	17	224	374
Dividendos a pagar	13 (b)	12.643	19.092
Outros		581	90
		14.322	20.834
Não circulante			
Arrendamento		67	123
Encargos regulatórios a recolher	11	524	297
Imposto de renda e contribuição social diferidos		609	656
Provisão para demandas judiciais	12	61	55
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7.500
		1.261	8.631
Patrimônio líquido			
Capital social	13 (a)	89.985	82.485
Reservas de capital		(16.680)	(16.680)
Reservas de lucros	13 (c)	74.477	77.975
Reserva de reavaliação	13 (d)	19.469	20.284
		167.251	164.064
Total do passivo e do patrimônio líquido		182.834	193.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	14	55.994	68.790
		55.994	68.790
Tributos			
PIS		(365)	(440)
COFINS		(1.685)	(2.030)
		(2.050)	(2.470)
Encargos			
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.531)	(1.579)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(222)	(259)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(516)	(638)
		(2.269)	(2.476)
Receita líquida		51.675	63.844
Custos e despesas			
Pessoal		(316)	(342)
Material		(15)	(4)
Serviços de terceiros		(2.411)	(2.441)
Depreciação e amortização		(7.927)	(7.713)
Seguros		(119)	(55)
Tributos		(4)	(1)
Outras despesas operacionais		(174)	(1)
Gastos diversos		(90)	(73)
		(11.056)	(10.630)
Resultado da atividade		40.619	53.214
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	2.071	2.407
Despesas financeiras	15	(60)	(2.303)
		2.011	104
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		42.630	53.318
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16	(2.461)	(2.892)
Diferido		68	4
		40.237	50.430
Lucro líquido do exercício		40.237	50.430
Lucro por ação		0,44715	0,61138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>202</u>
Lucro líquido do exercício	40.237	50.430
Outros resultados abrangentes	<u>19.469</u>	<u>20.284</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>59.706</u>	<u>70.714</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucros						Total	
		Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Lucros acumulados		Reserva de reavaliação
Em 31 de dezembro de 2021		130.857	(16.680)	23.314	(124.408)	166.386	-	-	179.469
Dividendos intermediários		-	-	-	(47.868)	-	-	-	(47.868)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	50.430	-	50.430
Constituição da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	20.966	20.966
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	682	(682)	-
Cisão parcial		(48.372)	-	(14.435)	42.966	-	-	-	(19.841)
Destinação do lucro									
Reserva legal	13 (c)	-	-	3.818	-	-	(3.818)	-	-
Retenção de lucros	13 (c)	-	-	-	37.446	-	(37.446)	-	-
Reserva especial de lucros a realizar	13 (c)	-	-	-	-	(9.244)	9.244	-	-
Dividendos obrigatórios	13 (b)	-	-	-	-	-	(19.092)	-	(19.092)
Em 31 de dezembro de 2022		82.485	(16.680)	12.697	(91.864)	157.142	-	20.284	164.064
Integralização de capital		7.500	-	-	-	-	-	-	7.500
Dividendos intermediários		-	-	-	(31.908)	-	-	-	(31.908)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	40.237	-	40.237
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	815	(815)	-
Destinação do lucro									
Reserva legal	13 (c)	-	-	2.662	-	-	(2.662)	-	-
Retenção de lucros	13 (c)	-	-	-	34.992	-	(34.992)	-	-
Realização da reserva especial de lucros a realizar	13 (c)	-	-	-	-	(9.244)	9.244	-	-
Dividendos obrigatórios	13 (b)	-	-	-	-	-	(12.642)	-	(12.642)
Em 31 de dezembro de 2023		89.985	(16.680)	15.359	(88.780)	147.898	-	19.469	167.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	40.237	50.430
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Custo residual de ativo intangível e imobilizado baixado	529	42
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(68)	(4)
Depreciação e amortização	7.927	7.713
PIS e COFINS diferidos	(80)	(19)
Provisão para demandas judiciais	6	38
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1.234)	(1.967)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	2.228
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	(12)	9
	<u>47.305</u>	<u>58.470</u>
 (Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	1.570	432
Serviços em curso	(243)	1.211
Tributos e contribuição a compensar	(9)	279
Estoques	-	957
Outros	(296)	(53)
	<u>1.022</u>	<u>2.826</u>
 Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(223)	2.004
Tributos e encargos sociais a recolher	2.002	2.027
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.092)	(2.334)
Encargos regulatórios a recolher	145	(1.016)
Partes relacionadas	(150)	(1.908)
Outros	491	180
	<u>173</u>	<u>(1.047)</u>
 Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>48.500</u>	<u>60.249</u>
 Atividades de investimento		
Caixa restrito	-	2.338
Aplicações financeiras	(43.246)	(79.973)
Resgates de aplicações financeiras	52.819	106.846
Imobilizado (nota 8 (b))	(4.550)	(2.653)
Intangível (nota 9 (b))	(6)	(43)
	<u>5.017</u>	<u>26.515</u>
 Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>5.017</u>	<u>26.515</u>

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(continuação)

Atividades de financiamento

Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.500
Pagamentos de empréstimos (principal)	-	(31.886)
Pagamentos de empréstimos (juros)	-	(2.095)
Pagamentos de arrendamentos	(20)	(22)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos (nota 13 (b))	(51.000)	(69.217)

Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

(51.020) (95.720)

Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa

2.497 (8.956)

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro

204 9.160

Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro

2.701 204

Variação em caixa e equivalentes de caixa

2.497 (8.956)

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), constituída em 01 de julho de 2009, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R\$ 1.035 (R\$ 501 em 31 de dezembro de 2022), sendo este efeito oriundo dos dividendos a pagar à controladora. No entanto, com base nas projeções feitas pela Companhia para o projeto, a Administração compreende que o projeto é lucrativo, e que o efeito negativo será compensado futuramente com o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP) e desta forma, a Companhia será capaz de realizar o cumprimento de suas obrigações de curto prazo.

1.2 Cisão parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Companhia com a transferência do contrato de concessão 143/2001, para a empresa, também controladas pela ISA CTEEP, Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. (“IEJaguar6”). A transferência do contrato de concessão corresponde à uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais. A transferência do contrato de concessão foi aprovada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.077.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido, corresponde ao valor líquido contábil de R\$19.841, que resultou na redução dos saldos das seguintes rubricas:

	<u>Contrato de concessão</u>
	<u>143/2001</u>
Imobilizado	19.841
Capital social	48.372
Reservas de lucros	(28.531)

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da cisão parcial, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

<u>Contrato</u>	<u>Prazo (anos)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Revisão Tarifária Periódica</u>		<u>Índice de correção</u>	<u>Receita Anual Permitida – RAP</u>	
			<u>Prazo</u>	<u>Próxima</u>		<u>R\$ mil</u>	<u>Mês Base</u>
026/2009	30	18.11.39	5 anos	2025	IPCA	53.932	06/23

Contrato nº 026/2009

Subestação Jandira em 440/138-88 kV 1200 MVA e Subestação Salto em 440/138-88 kV 600 MVA, localizadas no Estado de São Paulo.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos, entretanto, quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 20 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido.
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

3 Políticas contábeis regulatórias materiais

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que a ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2012.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 11).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – concessionárias e permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 14.4), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 9 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.10 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso.

(a) A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 12 (a).

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal (nota 13 (b)).

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos		807	204
Equivalentes de caixa CDB (a)	101,9%	<u>1.894</u>	<u>-</u>
		<u>2.701</u>	<u>204</u>

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

- (a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota 18 (c).

6 Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes		28	57
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	105,0%	4.899	13.448
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		315	76
		<u>5.242</u>	<u>13.581</u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Coral (Referenciado DI Rubi incorporado pelo Renda Fixa Referenciado DI Coral).
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Contas a receber - concessionárias e permissionárias

	<u>Corrente vencida</u>						
	<u>Corrente a vencer</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	4.028	11	19	3	134	4.195	5.765
	<u>4.028</u>	<u>11</u>	<u>19</u>	<u>3</u>	<u>134</u>	<u>4.195</u>	<u>5.765</u>

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

Em 31 de outubro de 2022 foi realizada a cisão parcial da Companhia (nota 1.2), que resultou na redução do imobilizado no montante líquido de R\$19.841, conforme acervo cindido.

a) Ativo imobilizado em serviço

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depre- ciação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão									
Terrenos	3.580	-	-	-	3.580	-	-	3.580	3.580
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.099	-	(241)	4.485	11.343	4.244	(3.646)	7.697	4.351
Máquinas e equipamentos	201.179	-	(255)	2.435	203.359	2.180	(74.062)	129.297	133.927
Móveis e utensílios	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>2</u>	<u>3</u>
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	195	-	(33)	-	162	(33)	(73)	89	140
Máquinas e equipamentos	387	-	-	-	387	-	(118)	269	287
Móveis e utensílios	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>3</u>	<u>3</u>
Subtotal	<u>212.453</u>	<u>-</u>	<u>(529)</u>	<u>6.920</u>	<u>218.844</u>	<u>6.391</u>	<u>(77.907)</u>	<u>140.937</u>	<u>142.291</u>

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em curso

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depre- ciação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	3.954	1.695	-	(2.193)	3.456	(498)	-	3.456	3.954
Outros	13.196	2.912	-	(4.094)	12.014	(1.182)	-	12.014	13.196
	<u>18.222</u>	<u>4.550</u>	<u>-</u>	<u>(6.920)</u>	<u>15.852</u>	<u>(2.370)</u>	<u>-</u>	<u>15.852</u>	<u>18.222</u>
Administração									
Máquinas e equipamentos	441	-	-	(417)	24	(417)	-	24	441
Outros	631	(57)	-	(216)	358	(273)	-	358	631
	<u>18.222</u>	<u>4.550</u>	<u>-</u>	<u>(6.920)</u>	<u>15.852</u>	<u>(2.370)</u>	<u>-</u>	<u>15.852</u>	<u>18.222</u>
Subtotal	<u>18.222</u>	<u>4.550</u>	<u>-</u>	<u>(6.920)</u>	<u>15.852</u>	<u>(2.370)</u>	<u>-</u>	<u>15.852</u>	<u>18.222</u>
Total do ativo imobilizado	<u>230.675</u>	<u>4.550</u>	<u>(529)</u>	<u>-</u>	<u>234.696</u>	<u>4.021</u>	<u>(77.907)</u>	<u>156.789</u>	<u>160.513</u>

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação

		2023	2022		
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Terrenos	-	3.580	-	3.580	3.580
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,39%	11.310	(3.637)	7.673	4.326
Edificações, obras civis e benf. - Reavaliação	3,33%	33	(9)	24	25
Máquinas e equipamentos	3,93%	176.923	(67.692)	109.231	113.021
Máquinas e equipamentos - Reavaliação	3,36%	26.436	(6.370)	20.066	20.906
Móveis e utensílios	6,25%	9	(7)	2	3
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	20,12%	162	(73)	89	140
Máquinas e equipamentos	6,00%	387	(116)	271	289
Máquinas e equipamentos - Reavaliação	-	-	(2)	(2)	(2)
Móveis e utensílios	6,25%	4	(1)	3	3
		218.844	(77.907)	140.937	142.291
Em Curso					
Transmissão					
		15.467	-	15.467	17.150
Administração					
		385	-	385	1.072
		15.852	-	15.852	18.222
		234.696	(77.907)	156.789	160.513

d) Composição das adições do imobilizado em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.704	1.704
Máquinas e equipamentos	1.694	-	1.694
A ratear	-	1.013	1.013
Desenvolvimento de projetos	-	61	61
Adiantamento a fornecedores	78	-	78
Total das adições	1.772	2.778	4.550

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Administração									
Softwares	1.108	-	-	-	1.108	-	(1.095)	13	18
Subtotal	1.108	-	-	-	1.108	-	(1.095)	13	18

b) Ativo intangível em curso

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)-(B)+(c)	Amortização acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Transmissão									
Servidões	12.211	-	-	-	12.211	-	-	12.211	12.211
Administração									
Outros	43	6	-	-	49	6	-	49	43
Subtotal	12.254	6	-	-	12.260	6	-	12.260	12.254
Total do ativo intangível	13.362	6	-	-	13.368	6	(1.095)	12.273	12.272

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

		2023		2022	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Administração					
Softwares	20,0%	1.108	(1.095)	13	18
		1.108	(1.095)	13	18
Em Curso					
Transmissão		12.211	-	12.211	12.211
Administração		49	-	49	43
		12.260	-	12.260	12.254
		13.368	(1.095)	12.273	12.272

a) Composição das adições do intangível em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Outros Gastos	Total
Software	6	6
Total das adições	6	6

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda	227	297
Contribuição social	211	210
COFINS	151	147
PIS	33	32
Outros	27	53
	<u>649</u>	<u>739</u>

11 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	608	463
	<u>608</u>	<u>463</u>
Circulante	<u>84</u>	<u>166</u>
Não circulante	<u>524</u>	<u>297</u>

- (i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, há demanda judicial com probabilidade de perda provável, de natureza cível-fundiário no valor de R\$61 (R\$55 em 2022).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui seis ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão sendo duas de natureza ambientais no valor de R\$15, duas de natureza cível-regulatório no valor de R\$755 e duas de natureza tributária no valor de R\$43 totalizando R\$813 (R\$1.055 em 2022).

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 28 de março de 2024 e disponibilizadas em 03 de abril de 2024.

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de 89.984.967 e, em 31 de dezembro de 2022 era de 82.484.967, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 totaliza R\$89.985 (R\$82.485 em 2022) representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido societário, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal. Em 2023 ocorreu o pagamento de R\$51.000, sendo R\$19.092 de dividendos mínimos obrigatório do exercício de 2022 e R\$31.908 referente a dividendos adicionais propostos. O saldo a pagar de dividendos é de R\$12.643 (R\$19.092 em 2022).

(c) Reservas e retenção de lucros

Em 31 de outubro de 2022 foi realizada a cisão parcial da Companhia (nota 1.2), que resultou na redução de Reservas de lucros no montante de R\$28.531, sendo R\$14.435 em Reserva Legal e R\$42.966 em Retenção de lucros, conforme acervo cindido apresentado em laudo de avaliação elaborado por consultoria independente.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva legal (i)	15.359	12.697
Retenção de lucros (ii)	(88.780)	(91.864)
Reserva especial de lucros a realizar (iii)	147.898	157.142
	<u>74.477</u>	<u>77.975</u>

i. Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

ii. Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Em 2023 ocorreu o pagamento de dividendos com base na retenção de lucros no montante de R\$31.908 (R\$47.868 em 2022).

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

iii. Reserva especial de lucros a realizar

A reserva especial de lucros a realizar foi constituída com base nas demonstrações financeiras societárias, portanto a administração, considerando que o ajuste da aplicação do ICPC 01 (R1) e da adoção inicial do CPC 47 não compõe parcela realizada do lucro líquido do exercício, e sendo assim, propõe a destinação do resultado desta operação para reserva especial de lucros a realizar, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

(d) Reserva de reavaliação

Conforme o MCSE, item 6.3.6, Imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

O valor homologado por meio da REH ANEEL 2.840/2021 de março 2021, totaliza R\$39.262 e o valor equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de janeiro de 2022 é de R\$36.302. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em fevereiro de 2022, conforme demonstrado abaixo:

(=)	Total do laudo homologado	39.262
(-)	Depreciação janeiro de 2020 a janeiro de 2022	<u>(2.960)</u>
(a)	Total	36.302
(b)	Saldo residual BRR em 28 de fevereiro de 2022	14.671
(a) - (b)	Total da reavaliação	21.631
(c)	IR/CS diferidos	(665)
(=)	PL Reserva de reavaliação	20.966

A movimentação da reserva de reavaliação no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>20.284</u>
Depreciação	(841)
IR/CS diferidos	<u>26</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>19.469</u>

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14 Receita operacional bruta

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Rede básica	47.118	60.391
Demais Instalações de Transmissão - DIT	<u>8.876</u>	<u>8.399</u>
	<u>55.994</u>	<u>68.790</u>

14.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida – RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

<u>Contrato</u>	<u>Resolução homologatória REH</u>	<u>Data da REH</u>	<u>Vigência</u>
026/2009	2.840	30.03.2021	01.07.2020

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.3.

14.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14.3 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 22/23	Inflação	RTP	RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 23/24
	REH 3.067 (*)			REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24
IPCA	52.767	2.076	-	54.843	(911)	53.932

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
	026/2009	7.185	38.827	(920)	-	8.831		
	<u>7.185</u>	<u>38.827</u>	<u>(920)</u>	<u>-</u>	<u>8.831</u>	<u>9</u>	<u>53.932</u>	<u>52.378</u>

15 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	2.006	2.384
Juros ativos	6	2
Variação monetária	3	2
Outras	56	19
	<u>2.071</u>	<u>2.407</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos	-	(2.071)
Variação monetária	(21)	(179)
Outras	(39)	(53)
	<u>(60)</u>	<u>(2.303)</u>
	<u>2.011</u>	<u>104</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$2.461 (R\$2.892 em 2022), que representam o valor efetivamente recolhido a Receita Federal do Brasil, para o exercício de 2023.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$609 (R\$656 em 2022) no passivo refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as operações de reserva de reavaliação e sobre as diferenças de práticas contábeis da contabilidade societária e regulatória.

17 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023	2022	2023	2022
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	12.643	19.092	-	-
AFAC	CTEEP	-	7.500	-	-
Repasse RAP (*)	IEJ6	-	146	-	-
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal (i)	CTEEP	91	112	(371)	(402)
Prestação de serviços (ii)	CTEEP	133	116	(1.447)	(1.435)
		12.867	26.966	(1.818)	(1.837)

(*) Valores a serem repassados em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente aos contratos cindidos 143/2001.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

- (i) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.
- (i) O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
- (ii) A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Em 09 de novembro de 2022, foi assinado com sua controladora CTEEP instrumento particular de adiantamento de recurso, no valor total de R\$7.500, convertido em capital social em 09 de março de 2023.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	2.701	204
Aplicações financeiras	2	5.242	13.581
Caixa restrito	2	-	254
<u>Empréstimos e recebíveis</u>			
Concessionárias e permissionárias			
Circulante	-	4.061	5.608
Não circulante	-	134	157
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Arrendamento			
Circulante	-	12	21
Não circulante	-	67	123
Fornecedores	-	129	352
Partes relacionadas	-	224	374
Partes relacionadas - AFAC	-	-	7.500
Dividendos a pagar	-	12.643	19.092

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.
- (iii) **Risco de captação** – A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.
- (iv) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2023	2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	129	-	-	-	-	129	352
Arrendamento	1	3	8	67	-	79	144
	<u>130</u>	<u>3</u>	<u>8</u>	<u>67</u>	<u>-</u>	<u>208</u>	<u>496</u>

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	53.156	159
Responsabilidade Civil geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			<u>291</u>

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** – Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

20 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.701	-	2.701	204	-	204
Aplicações financeiras	5.242	-	5.242	13.581	-	13.581
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	4.061	(4.061)	-	5.608	(5.608)	-
Ativo da concessão	-	46.365	46.365	-	45.705	45.705
Estoques	714	-	714	714	-	714
Tributos e contribuição a compensar	34	-	34	25	-	25
Serviços em curso	131	(131)	-	159	(159)	-
Outros	404	(230)	174	42	117	159
	13.287	41.943	55.230	20.333	40.055	60.388
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Caixa restrito	-	-	-	254	-	254
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	134	(134)	-	157	(157)	-
Ativo da concessão	-	422.927	422.927	-	414.611	414.611
Estoques	-	1.342	1.342	-	1.501	1.501
Serviços em curso	271	(271)	-	-	-	-
Outros	80	191	271	-	-	-
	485	424.055	424.540	411	415.955	416.366
Imobilizado	156.789	(156.690)	99	160.513	(160.362)	151
Intangível	12.273	(12.261)	12	12.272	(12.254)	18
	169.062	(168.951)	111	172.785	(172.616)	169
Total do ativo	182.834	297.047	479.881	193.529	283.394	476.923
			2023			2022
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	129	-	129	352	-	352
Arrendamentos	12	-	12	21	-	21
Tributos e encargos sociais a recolher	649	-	649	739	-	739
Encargos regulatórios a recolher	84	-	84	166	-	166
Dividendos a pagar	12.643	-	12.643	19.092	-	19.092
Partes relacionadas	224	-	224	374	-	374
Outros	581	-	581	90	-	90
	14.322	-	14.322	20.834		20.834
Passivo não circulante						
Arrendamentos	67	-	67	123	-	123
Encargos regulatórios a recolher	524	-	524	297	-	297
PIS e COFINS diferidos	-	16.939	16.939	-	16.602	16.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	609	13.706	14.315	656	13.386	14.042
Provisão para demandas judiciais	61	-	61	55	-	55
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	7.500	-	7.500
	1.261	30.645	31.906	8.631	29.988	38.619
Total do passivo	15.583	30.645	46.228	29.465	29.988	59.453
Patrimônio líquido						
Capital social	89.985	-	89.985	82.485	-	82.485
Reservas de lucros	(16.680)	360.348	343.668	77.975	257.010	334.985
Reservas de capital	74.477	(74.477)	-	(16.680)	16.680	-
Reserva de reavaliação	19.469	(19.469)	-	20.284	(20.284)	-
Total do patrimônio líquido	167.251	266.402	433.653	164.064	253.406	417.470
Total do passivo e do patrimônio líquido	182.834	297.047	479.881	193.529	283.394	476.923

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	55.994	10.546	66.540	68.790	20.668	89.458
	55.994	10.546	66.540	68.790	20.668	89.458
Tributos						
PIS	(365)	(71)	(436)	(440)	(104)	(544)
COFINS	(1.685)	(325)	(2.010)	(2.030)	(484)	(2.514)
	(2.050)	(396)	(2.446)	(2.470)	(588)	(3.058)
Encargos						
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.531)	-	(1.531)	(1.579)	-	(1.579)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(222)	-	(222)	(259)	-	(259)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(516)	-	(516)	(638)	-	(638)
	(2.269)	-	(2.269)	(2.476)	-	(2.476)
Receita líquida	51.675	10.150	61.825	63.844	20.080	83.924
Custos e despesas						
Pessoal	(316)	316	-	(342)	342	-
Material	(15)	(1.931)	(1.946)	(4)	(744)	(748)
Serviços de terceiros	(2.411)	(3.094)	(5.505)	(2.441)	(957)	(3.398)
Provisões para demandas judiciais	-	-	-	-	(41)	(41)
Depreciação e amortização	(7.927)	7.901	(26)	(7.713)	7.685	(28)
Seguros	(119)	-	(119)	(55)	-	(55)
Tributos	(4)	-	(4)	(1)	-	(1)
Outras despesas operacionais	(174)	-	(174)	(1)	-	(1)
Gastos diversos	(90)	(5)	(95)	(73)	(2)	(75)
	(11.056)	3.187	(7.869)	(10.630)	6.283	(4.347)

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Resultado da atividade	40.619	13.337	53.956	53.214	26.363	79.577
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	2.071	-	2.071	2.407	-	2.407
Despesas financeiras	(60)	-	(60)	-2.303	4	(2.299)
	2.011	-	2.011	104	4	108
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	42.630	13.337	55.967	53.318	26.367	79.685
Despesas com impostos	(2.393)	(341)	(2.734)	(2.888)	(430)	(3.318)
Resultado líquido do exercício	40.237	12.996	53.233	50.430	25.937	76.367

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva de O&M receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Ativo da Concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

20.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

20.4 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	433.653	417.470
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(465.998)	(456.010)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	168.951	172.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	13.706	13.386
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	16.939	16.602
Patrimônio líquido regulatório	<u>167.251</u>	<u>164.064</u>

20.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro societário do exercício	53.233	76.367
Receita bruta (CPC 47)	(10.546)	(20.668)
Tributos e encargos – Pis e Cofins (CPC 47)	396	588
Depreciação e amortização (CPC 47)	(7.901)	(7.685)
Custos operacionais (CPC 47)	4.714	1.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	341	430
Outras despesas financeiras (CPC 06)	-	(4)
Lucro regulatório do exercício	<u>40.237</u>	<u>50.430</u>

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, as quais foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, sem ressalvas, separado, com data de 28 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

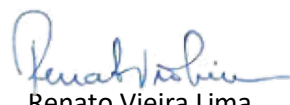
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5